



Gotodáguas

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXIII – Nº 15 – 21 de maio de 2019

ACERVO SINDAE

Mais pressão, mais agonia: mobilização é total contra MP 868

**PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA
É PRIVATIZAÇÃO
DISFARÇADA**



Trabalhadores (as), dirigentes das estatais e até 24 governadores com medo de graves prejuízos estão em alerta máximo contra a votação da MP 868, que pode acontecer a qualquer dia, na Câmara dos Deputados. O prazo final de votação é até 3 de junho e até lá é mais agonia. A medida de Bolsonaro é nefasta: destrói as companhias estaduais de saneamento ao privatizar os serviços. Em seminários realizados em Brasília e Salvador, parlamentares e especialistas voltaram a criticá-la. **PÁGINA 2**

**CETREL E DAC FAZEM PROPOSTA
DE ACORDO SEM REPOR INFLAÇÃO
PÁGINA 5**

**PELA EDUCAÇÃO, PELA
APOSENTADORIA, PROTESTO TOMA
CONTA DO PAÍS. DIA 14 VEM AÍ, É
GREVE NACIONAL
PÁGINA 5**

**CRISE SEM FIM:
DESEMPREGO VOLTA A SUBIR
E ATINGE 13,4 MILHÕES DE
BRASILEIROS (AS)
PÁGINA 6**

**BATALHA CONTRA
PRIVATIZAÇÃO FAZ LEMBRAR
LUTA HISTÓRICA DO EX-
GUERREIRO PAULO JACKSON
PÁGINA 3**

Alerta máximo em Brasília: votação da MP 868 traz mais uma semana de agonia



Todas as atenções estão voltadas para Brasília na espera do desfecho sobre a Medida Provisória 868, que pode ser votada a qualquer momento na Câmara dos Deputados. Serão dias de agonia até 3 de junho, quando, se até lá não for aprovada, a medida perde sua validade.

O Sindicato mantém uma equipe fazendo articulações contra a votação da MP 868, juntamente com representações de sindicatos de todo o país e mesmo das companhias estaduais. Também governadores se movimentam com receio de prejuízos e buscam mudanças na proposta, como permitir novos contratos de programa com municípios.

Como alerta à categoria, o Sindicato tem feito diversas visitas aos parques para convocar a categoria a participar das mobilizações. Para quem ainda não se deu conta do caráter destruidor da MP 868, o

coordenador do Sindicato, Danillo Assunção, tem afirmado que a aprovação dela significará o fim da Embasa em pouco tempo. Pode encolher dos atuais 5 mil empregados (as) para cerca de 500, pois a empresa deixaria de operar em dezenas de municípios, sobretudo nos maiores, e ficaria totalmente dependente de recursos do Tesouro estadual, como a Cerb hoje.

Isso porque a MP 868 obriga o município a licitar os serviços de saneamento que não tenha contrato de programa, privilegiando empresas privadas de saneamento. Hoje, a Embasa tem 13 contratos de programa entre os 366 municípios onde opera, estando sem esses contratos nos maiores municípios em arrecadação, como Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Com a MP 868, as empresas privadas ficariam com os municípios superavitários e a Embasa com os municípios de pequeno porte, onde a arrecadação não cobre as despesas.

Governadores lançam carta criticando medida de Bolsonaro

Em vez de avançar na universalização dos serviços (garantir que todos tenham acesso), um passo atrás, menos saneamento para a população. Em vez de ajudar estados e municípios nos investimentos, a “quebradeira” de companhias estaduais e autarquias municipais.

Eis aí duas críticas feitas por 24 governadores em abaixo-assinado sobre a Medida Provisória 868 que tramita na Câmara dos Deputados. Eles defendem o investimento privado alegando ser necessário grande volume de recursos para atender as demandas de saneamento, mas

citam que, ao desestruturar o setor, o governo afasta o interesse dos empresários.

Os governadores cobram mudanças na medida, sobretudo para garantir a manutenção e renovação dos contratos de programa entre companhias estaduais e municípios, sem o que não haverá novas operações de crédito e investimentos, mas o sucateamento das empresas, acarretando severos prejuízos para os estados. Também defendem o subsídio cruzado para que os ganhos obtidos nas regiões superavitárias sejam compartilhados com as regiões mais desfavorecidas.

Danillo Assunção, tem afirmado que a aprovação da MP 868 significará o fim da Embasa em pouco tempo.

Faça parte dessa luta: assine a Petição Pública contra a Privatização

Continuamos na luta contra as propostas do governo Bolsonaro para privatizar o saneamento e seu apoio é importante. Mobilize familiares e amigos. Ligue, faça contato, cobre posição e responsabilidade dos deputados de sua cidade e região. A Medida Provisória 868 está no Congresso Nacional e, se aprovada, vai levar à extinção das empresas públicas de saneamento, privatizando os serviços, provocando milhares de demissões e impedindo a ampliação do atendimento. Vamos todos e todas assinar a Petição Pública contra a privatização da água em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR11488> e ajudem a divulgar.



Exemplo guerreiro de Paulo Jackson é invocado para nova batalha contra a privatização da água

FOTOS: MANOEL PORTO

Num cenário semelhante ao de duas décadas atrás, quando o fantasma da privatização assombrou a categoria e a sociedade, trabalhadores (as) da Embasa lembraram a luta histórica liderada pelo ex-companheiro e ex-deputado Paulo Jackson, fundador do Sindicato, falecido em 19 de maio de 2000. Durante audiência na Assembleia Legislativa da Bahia na última segunda (20), prometeram honrar a memória dele com uma luta sem tréguas contra a Medida Provisória 868, que tramita no Congresso Nacional e visa privatizar todas as companhias estaduais de saneamento.

Tudo ali lembrou a luta histórica da categoria contra a venda da Embasa, vencendo a forte oligarquia carlista dos anos 90, e que teve em Paulo Jackson sua mais forte liderança. Também ex-diretor do Sindicato e atual representante dos (das) trabalhadores (as) no Conselho de Administração da Embasa, Abelardo de Oliveira pediu à plateia para gritar “presente” tão logo mencionado o nome de Paulo. Depois, a deputada federal Alice Portugal (PCdoB) afirmou que Paulo Jackson “foi o líder original em defesa da água”. Outras menções ao ex-companheiro também foram feitas ao longo da audiência.

O fato é que a categoria lotou o auditório da Assembleia Legislativa e mostrou muita disposição de luta. Grupos de várias unidades da Embasa se fizeram presentes, com grande presença de trabalhadores (as) do CAB, além de uma delegação da companhia sergipana de saneamento, a Deso, que dois anos atrás teve o apoio do Sindae na sua luta vitoriosa contra a privatização. O presidente do Sindisan, Silvío Sá, liderou o grupo.

O coordenador do Sindae, Danillo Assunção, afirmou que a luta contra a MP 868 será árdua e citando o exemplo de Paulo Jackson disse que “com fé e determinação a categoria vai sair vitoriosa mais uma vez”. Também cobrou do governador Rui Costa a responsabilidade de chamar todos os deputados que formam a base política do governo para votar contra a medida de Bolsonaro. Alguns desses parlamentares estão a favor da privatização.

O presidente da Embasa, Rogério Cedraz, afirmou que o capital privado pode ajudar o setor de saneamento mas não como prevê a MP 868, que vai “desmanchar” as companhias estaduais. Deu um exemplo do estrago: 70% da população baiana, residente do semiárido, região de pobreza e sem retorno financeiro, ficará órfã de saneamento. Ele reconheceu o empenho do Sindicato na luta contra essa medida.



Joseildo Ramos (PT) afirmou que a MP 868 é mais uma faceta do projeto de destruição do estado brasileiro.



Um dos autores do requerimento que resultou nessa audiência promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados, o deputado federal Joseildo Ramos (PT) afirmou que a MP 868 é mais uma faceta do projeto de destruição do estado brasileiro. A ela se soma à entrega do sistema elétrico, do pré-sal, o desmonte da Petrobras, o corte dos investimentos em educação e saúde etc. Segundo ele, essa MP é uma promessa do governo aos empresários para entregar um mercado que representa R\$ 400 bilhões ao ano.

Também estiveram presentes o presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Leal, os deputados federal Afonso Florence e Marcelo Nilo, e estaduais Fátima Nunes, Marcelino Gallo, Osni, Hilton Coelho e Marcelo Veiga, o ex-deputado estadual Bira Coroa, o presidente do PT de Salvador, Gilmar Santiago, a representante do ConCidades, Denise Ribeiro, Renato Cunha (Gamba), Gabriela de Toletto (Observatório do Saneamento), Pedro Romildo (Observatório e FNU), Cedro Silva (CUT Bahia), Moisés (MAB), Marli Carrara (União por Moradia Popular) e Bete Vagner (Frente Ambientalista da Bahia).



É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós.



José Saramago



Mais críticas à "MP da Sede" são feitas em seminário nacional

Em seminário nacional realizado na última terça (21), na Câmara dos Deputados, a MP 868, ou "MP da Sede", voltou a ser criticada por parlamentares da oposição e dirigentes de várias entidades ligadas ao saneamento. Em geral, os palestrantes ressaltaram que a medida, se aprovada, trará aumento de tarifas e suspensão dos investimentos em pequenos municípios, nas periferias das cidades e na zona rural.

A delegação do Sindae esteve presente e o nosso coordenador, Danilo Assunção, ressaltou que a medida vai inviabilizar as companhias estaduais e, com isso, novos avanços no saneamento. Citou que a população mais pobre será a mais prejudicada.

Diretor da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Asse-

mae), Francisco dos Santos Lopes afirmou que "a MP vai desestruturar o setor, de uma hora para outra, sem construir algo novo, só prejuízo". Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Sérgio Gonçalves disse que era momento de discutir melhorias para o saneamento básico e não o seu desmonte.

O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Pedro Blóis, acrescentou que há uma ação orquestrada pelo governo de não liberar recursos para investimento no saneamento, a fim de dizer que a única solução para o problema está nas empresas privadas. O deputado Marcelo Nilo (PSB-BA), disse que, se a MP for aprovada, quase 400 municípios da Bahia serão prejudicados no abastecimento de água. "Ela visa exclusivamente a atender ao capital, aos empresários", disse ele. Lá também estavam outros deputados, entre eles Joseildo Ramos (PT-BA), que presidiu o seminário.



Danilo Assunção, ressaltou que a medida vai inviabilizar as companhias estaduais e, com isso, novos avanços no saneamento.



Ruas ecoam primeiros gritos contra Bolsonaro.

Vem mais por aí e dia 14 é greve nacional

MANOEL PORTO

Um “mar de gente” tomou as ruas de cidades brasileiras no último dia 15 em protesto contra os cortes de verbas para a educação e a reforma da previdência. Foi um gigantesco e primeiro grande protesto contra o Governo Bolsonaro e suas absurdas propostas que estão levando o país para um grave retrocesso e uma crise política, social e econômica que só tende a aumentar. É a voz da rua começando a empregar o governo.

O tamanho da manifestação lembrou os atos do “Fora Collor” e “Diretas Já”. Em Salvador, estima-se em cerca de 100 mil pessoas nas ruas, e outras multidões marcharam em grandes e médias cidades da Bahia e do Brasil, todas com forte adesão popular. Um refrão bastante ouvido nas ruas foi “Ei, Bolsonaro, unificou. É estudante junto com trabalhador”.

Aliás, bordões não faltaram, como os que se referiam ao apego do presidente pelas armas e o envolvimento de sua família com milicianos do Rio de Janeiro. “Eu me armo de livro e me livro de armar”, gritaram grupos de estudantes que estão com novo protesto marcado para o próximo dia 30. Devem repetir o coro “Bolsonaro, que enganação, tem dinheiro pra milícia, mas não tem para educação”.

Depois de sucessivos ataques a trabalhadores, cortando direitos e tentando acabar com sindicatos, o governo se voltou contra a educação, cortando 30% em média das verbas de despesas e custeio do setor. Também agrediu estudantes, os quais denominou de “inocentes úteis” e burros. Universidades e institutos federais de educação estão ameaçados de ter atividades paralisadas no começo do próximo semestre. Não haverá dinheiro para custear água, energia e limpeza. Bolsas de estudo e pesquisas estão sendo cortadas. Em matéria de educação, o Brasil está retrocedendo à



Protesto marcado para o próximo dia 30. Devem repetir o coro "Bolsonaro, que enganação, tem dinheiro pra milícia, mas não tem para educação".

década de 80, jogando no lixo o principal instrumento de desenvolvimento de um povo, o conhecimento e a educação.

A manifestação do dia 15 é só o começo dos protestos e mostra o que será no dia 14 de junho, quando teremos uma greve geral convocada pelas principais centrais sindicais do país contra a reforma da previdência e os retrocessos impostos ao país.

Desemprego dá novo pulo e atinge 13,4 milhões de brasileiros (as)

A mais recente pesquisa do IBGE aponta que a taxa média de desemprego no Brasil voltou a subir, chegando a 12,7% no trimestre encerrado em março, contra 12,4% no trimestre fechado em fevereiro. Significa que o desemprego atinge 13,4 milhões de brasileiros (as), maior índice observado desde maio do ano passado. A pesquisa não registrou a retomada do emprego em nenhum estado brasileiro.

Desse total, 5,2 milhões de desempregados (as) procuram trabalho há mais de 1 ano, sendo que 3,3 milhões estão desocupados (as) há dois anos ou mais. Entre a população jovem (idades entre 18 e 24 anos) o panorama é muito pior, com o desemprego atingindo 27,3% e correndo as expectativas de inserção no mercado de trabalho.

As 14 taxas de desemprego estão entre o Norte e o Nordeste, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. A população desalentada, aquela que desistiu de procurar emprego, chegou a 4,8 milhões e também bateu recorde no primeiro trimestre. Desse total, 60,4% (2,9 milhões) estavam concentrados no Nordeste.

Cetrel e DAC fazem proposta, mas Sindicato recusa na mesa de negociação

Em negociação conjunta, realizada no último dia 13, Cetrel e DAC fizeram uma proposta de acordo coletivo que foi prontamente recusada pelo Sindicato. As duas empresas ofereceram 4% de reajuste salarial e igual percentual sobre todas as cláusulas de impacto econômico, índice inferior aos da inflação nos últimos 12 meses (o INPC, por exemplo, ficou em 5,07%).

Enquanto as empresas justificaram a

proposta abaixo da inflação, citando a repercussão da crise econômica no Polo Petroquímico de Camaçari e que estaria afetando a arrecadação delas, o Sindicato ponderou que elas têm estruturas sólidas e um mercado de atuação garantido. Informou, ainda, que além da reposição da inflação, vai lutar por ganho real de salário de R\$ 400,00 de forma linear (para todos) e que pretende discutir cláusula por cláusula. A próxima reunião está marcada para segunda (27).

Quantidade de desempregados (as)

só faz aumentar na Bahia

A Bahia é o segundo estado (o primeiro é o Amapá) que mais tem sofrido o impacto da crise econômica no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, o desemprego subiu para 18,3% no primeiro trimestre deste ano, ante 17,4% do trimestre anterior (outubro, novembro e dezembro de 2018). Disso resulta que 1,282 milhão de baianos (as) estão desempregados (as).

Outro motivo de preocupação é que a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador ficou em 18,7%, portanto acima da taxa média do estado (18,3%). Subiu mais de um ponto em relação ao trimestre anterior, que registrou 17,3%.

Sobre a taxa de desocupação, de 18,3%

no 1º trimestre de 2019, a Bahia ficou atrás apenas do Amapá (20,2%), mas bem acima da média nacional, de 12,7%. É a segunda maior taxa de desocupação para o estado desde o início da série histórica da PNAD Contínua (em 2012), abaixo apenas da verificada no 1º trimestre de 2017, de 18,6%.

No mesmo panorama de dados negativos resultantes da crise, a pesquisa do IBGE mostra que existem hoje 3,3 milhões de baianos (as) convivem com a subutilização no mercado de trabalho. No grupo de subutilizados estão os desocupados, os subocupados com menos de 40 horas semanais de trabalho e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não conseguem procurar emprego por motivos diversos.

INSS passa a reconhecer trabalho antes de 16 anos no cálculo da aposentadoria

Alvo de várias ações judiciais, o reconhecimento do período trabalhado antes dos 16 anos finalmente passou a ser admitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para efeito da contagem do tempo de contribuição. Com isso, esse período deve ser incluído no cálculo do pedido de aposentadoria e o segurado pode solicitar que isso seja feito via administrativa, diretamente no órgão.

O INSS só aceitava como segurados trabalhadores com 16 anos de idade ou

mais. Quem começou a trabalhar mais cedo e tentava incluir esse período no tempo de contribuição acabava tendo que buscar a Justiça. O ofício foi criado em cumprimento a uma ação civil pública e determina que "o período exercido como segurado obrigatório realizado abaixo da idade mínima permitida à época deverá ser aceito como tempo de contribuição". Como a legislação foi alterada ao longo dos anos, há uma variação nas idades mínimas, de acordo com cada período.

Sindicato quer fazer contato com associados (as)

Associados (as) abaixo relacionados (as) devem entrar em contato com o Sindicato, procurando por Kátia: Adilson da Silva Patrocínio, Antônio dos Santos, Antônio Fernando Ressureição Devita, Antônio Monteiro dos Santos, Camerino Santos Costa, Carlos Roberto Ribeiro de Santana, Cleide Vilas Boas Fernandes, Edvaldo Aguiar de Santana, Eládio Nascimento de Andrade, Eraldo Araújo dos Santos, Estevam Alves dos Santos, Euzébio Pinto de Magalhães, Evangivaldo Conceição Batista, Evélcio Santos Souza, Florisvaldo Silva dos Santos, Francisco Albuquerque de Souza, Francisco de

Assis F. de Carvalho, Genival Eugênio da Silva, Genivaldo Bispo de Sena, Gercindo de Jesus, Gerson Pereira de Andrade Filho, Gilmar Conceição dos Santos, Gilson Primo, Godofredo dos Santos, Gumerindo José de Santana, Isaias Queiroz Duarte, Ivana Maria de Castro, Janete Soares de Lima, João Batista Almeida Silva, Linobaldo Alves Feitosa, Lourival Araújo Santos, Lourival Gonçalves Lima, Luiz Pereira de Almeida, Manoel Lourenço dos Santos, Rosimeire Souza Oliveira, Vagno Matos dos Santos, Valdelice Rodrigues da Silva Vaz, Valdino Moreira Prates e Vilma Maria Souza Sá.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



siga-nos:  /sindaeba  /sindaeba  @sindaebahia  /user/sindaeba

TOMENota

BARRAGENS

Depois de longa temporada de seca e grave crise de água, as chuvas dos últimos dias trouxeram alívio e esperança. Diversas barragens da Bahia estão cheias, outras com reservatório acima da média, dentre as operadas pela Cerb e Embasa. Esse é o cenário na barragem de Ponto Novo (região de Senhor do Bonfim), Zabumbão (Paramirim), Cocorobó (Canudos) e Pedra do Cavalo (Cachoeira). A maior das barragens da Bahia, Sobradinho também opera numa cota boa, com 48,7% de sua capacidade.

PERVERSIDADE

Para reduzir custos, o INSS resolveu que, de agora em diante, só receberá recursos de processos e pedidos de revisão do benefício através da internet, no site Meu INSS, ou pelo telefone 135. Nada mais via presencial, nas agências do instituto. É uma perversidade contra grande número de contribuintes desprovidos de computador, de internet e de telefone. De acordo com o próprio órgão, mensalmente 70 mil pessoas procuram esses serviços nas agências espalhadas pelo país.

TERRA ARRASADA

Fiscais do governo estadual descobriram um novo foco de agressão ao meio ambiente. Trata-se de uma grande área abrangida pelos municípios de Jandaira, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra, no Litoral Norte. O desmatamento ilegal e a produção de carvão seguem intensos. Recentemente foram apreendidos caminhos carregados de madeira, destruídos fornos e apreendidas toneladas de carvão. O fogo destruiu mais de 250 hectares de terra.

SEGURO CONTRA SECA

A chuva chegou, mas antes a seca provocou destruição por longo período no interior baiano. Agricultores de 39 municípios, sobretudo no semiárido, tiveram perda praticamente total de suas lavouras e só agora vão receber o garantia-safra, um seguro instituído pelo governo federal em 2003 para o caso de prejuízo na produção. O dinheiro vai para os que perderam suas lavouras entre 2017 e 2018.

CONTATO

Para dar conhecimento do processo e adotar providências, o setor jurídico do Sindicato aguarda o contato do companheiro Valter Souza Santos, que deve procurar por Elisabete.

FALECIMENTOS

O ex-companheiro Alcides José, que por muitos anos trabalhou na área financeira da Embasa, atuando como agente de serviços gerais, morreu no último dia 10, vítima de um infarto fulminante. Estava aposentado. Já no último dia 17 faleceu o ex-companheiro Edvaldo José Fontes, que era engenheiro agrimensor e ligado ao EPPA, da Diretoria de Engenharia da Embasa.